



## SOCIEDADE

# Apesar do maior rigor, número de CACs dispara

Em julho de 2023, eram pouco mais de 800 mil caçadores, atiradores e colecionadores. Atualmente, são quase 2 milhões

» JÚLIA PORTELA

### Total de Certificados de Registro\*

Apesar de uma tentativa maior pelo governo Lula, número de CACs cresceu

UF	ATIRADOR	CAÇADOR	COLECIONADOR
AC	1.717	677	763
AL	8.220	3.801	5.157
AM	7.775	2.240	1.634
AP	1.309	211	657
BA	30.122	3.825	4.038
CE	16.565	472	1.773
DF	28.408	25.972	8.312
ES	7.397	3.451	4.454
GO	60.083	60.819	10.950
MA	10.205	639	4.060
MG	79.795	48.122	37.054
MS	17.098	22.029	20.108
MT	24.794	20.900	17.008
PA	12.278	6.426	10.331
PB	8.377	1.547	3.474
PE	20.791	8.365	10.714
PI	3.369	177	259
PR	79.385	75.624	72.071
RJ	32.745	12.349	24.499
RN	7.010	1.923	2.678
RO	10.803	8.805	8.406
RR	904	376	341
RS	87.798	80.614	43.113
SC	60.517	58.353	51.135
SE	2.968	199	197
SP	213.383	132.891	136.338
TO	5.763	3.919	1.871
NuL***	23.499	17.427	12.173
Total**	863.078	602.153	493.568

\*CRs — Inclui certificados ativos, suspensos e vencidos até agosto de 2024.

\*\*A soma do total de atiradores, colecionadores e caçadores não reflete o número total de CACs, uma vez que existem cidadãos que têm mais de uma atividade no seu CR — assim, são computados em mais de uma categoria.

\*\*\* A linha onde aparece a palavra "NuL" corresponde a CRs para os quais não há lançamento de vinculação com a unidade da Federação — documentos antigos que estão sendo atualizados.

+ O banco de dados do Sistema de Gerenciamento Militar de Armas (Sigma) não tem dados históricos das atividades (coleccionismo, tiro desportivo ou caça) registrados de cada CR. Os dados refletem apenas a situação atual.

Fonte: Exército brasileiro

Apesar da promessa do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de restringir o acesso às armas de fogo, o número de Caçadores, Atiradores esportivos e Colecionadores de armas (CACs) no Brasil subiu de 803 mil para 1.958.799 no último ano e meio. Os dados são do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e do Exército, que forneceu o quantitativo mais recente ao **Correio** com base na Lei de Acesso à Informação (LAI).

Em 2019, o Brasil tinha 197 mil pessoas em condições de portar uma arma de fogo. Em julho de 2023, de acordo com o FBSP, houve um salto para 803 mil. Em janeiro de 2024, foram retomadas as autorizações para novos CACs (veja quadro ao lado com os números por unidade da Federação), uma vez que os registros estavam suspensos desde o primeiro dia do atual governo — quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou um decreto colocando barreiras à compra de armamento, facilitado na gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Segundo a criminalista Mariana Félix e especialista na legislação armamentista explica que o crescimento de CACs pode ser explicado por uma combinação de fatores políticos, sociais e legislativos. "Entre as razões para o aumento, é possível destacar as políticas implementadas pelo governo Bolsonaro, em destaque para as medidas de flexibilização do acesso a armas de fogo, especialmente para CACs — como o aumento do limite de armas e munições que cada caçador, atirador ou colecionador pode adquirir, a redução de exigências burocráticas e o maior acesso a calibres antes restritos às Forças Armadas e de segurança. Tem-se, também, a expansão do número de clubes de tiro, atraindo novos

atiradores esportivos", destaca.

Mariana observa que a flexibilização no governo Bolsonaro levou muitas pessoas a regularizarem as armas que mantinham irregularmente, antes que possíveis restrições fossem impostas pelo governo seguinte — tal como aconteceu — e isso as jogasse na ilegalidade. Ela ressalta que, já na corrida presidencial, Lula sinalizou que implantaria mudanças, como a redução no limite de armas e munições permitidas para CACs, a revisão de registros concedidos pelas autoridades e o

reforço da fiscalização do Exército e da Polícia Federal (PF).

Além disso, o governo Lula revogou decretos de Bolsonaro que facilitavam a posse e o porte de armas e enviou ao Congresso medidas para criar um controle mais rigoroso, sendo, também, os clubes de tiro mais fiscalizados, e novas regras de funcionamento foram impostas.

"Mesmo com as medidas do atual governo, o impacto da flexibilização do período Bolsonaro ainda pode ser observado", adverte.

### Adiamento

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, afirmou na quinta-feira que a transferência da fiscalização das licenças dos CACs do Exército para a PF será adiada em, pelo menos, seis meses. A expectativa do governo era de concretizar a transferência do acompanhamento da documentação em 1º de janeiro de 2025.

"É possível que, ao invés de uma prorrogação de um ano, haja a previsão de que em seis

meses assumiremos isso. Mas, nesse momento, de fato, tendo em conta a carência de recursos, tanto materiais como humanos, não será possível assumir a partir de 1º de janeiro de 2025", lamentou o ministro.

O Exército, porém, transferiu o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas (Sigma, o banco de dados das armas de fogo de uso permitido e restrito dos CACs) para a PF, que acrescentaram os dados à própria plataforma que a corporação tinha desenvolvido, o Sistema Nacional de Armas



É possível que, ao invés de uma prorrogação de um ano, haja a previsão de que em seis meses assumiremos isso. Nesse momento, tendo em conta a carência de recursos, não será possível assumir a partir de 1º de janeiro de 2025"

Ministro Ricardo Lewandowski, da Justiça e Segurança Pública



(Sinarm) — responsável pelo registros de 3 milhões de armas.

Além da fiscalização, o acordo é relativo também à concessão dos registros de armas para os CACs, atualmente sob responsabilidade do Exército. A razão para o adiamento é que as demandas feitas pela PF ao governo não foram atendidas. Entre os pedidos estão a autorização para abertura de concurso para vagas voltadas apenas à fiscalização de armas; recursos para contratação de terceirizados; e a publicação de um decreto regulamentando a reestruturação administrativa para a admissão da nova atribuição.

A ideia é que o controle de armas esteja subordinado a um departamento específico da PF. Atualmente, a questão é tratada pela Coordenação-geral de Controle de Serviços e Produtos — responsável por produtos químicos e segurança privada.

## Preso comparsa em fuzilamento

» VINÍCIUS DORIA

Na véspera de completar um mês do assassinato do advogado Vinícius Lopes Gritzbach no Terminal 2 do Aeroporto Internacional de Guarulhos, policiais prenderam, ontem, Marcos Henrique Soares, suspeito de ajudar na fuga dos executores do crime. O anúncio foi feito pelo governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, nas suas redes sociais. Com o suspeito, foram encontradas munições e carregadores para fuzil.

A prisão foi realizada em Guarulhos. Soares foi encaminhado para o Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) após a força-tarefa montada pela Secretaria de Segurança do estado descobrir o esconderijo dele.

Gritzbach era um dos principais delatores do Primeiro Comando da Capital (PCC) e foi morto com 10 tiros de fuzil. De acordo com as investigações, Soares foi a pessoa que resgatou os dois assassinos do advogado e ajudou na fuga para o Rio de Janeiro de um terceiro suspeito de participar do crime, Kauê Amaral Coelho — que tem passagens pela polícia por suspeita de envolvimento com o tráfico de drogas.

Segundo a polícia, Soares usou um Audi preto para ajudar na fuga dos assassinos de Gritzbach,

Miguel Schincariol/AFP



Gritzbach foi morto à luz do dia quando desembarcava em Guarulhos

que chegaram ao aeroporto em um Gol também preto. Os dois veículos foram cedidos por Matheus Augusto de Castro Mota, sócio de Kauê em uma adegas na capital paulista e apontado como o olheiro que presenciou a saída de Gritzbach do aeroporto e avisou os comparsas. Ele e Matheus tiveram a prisão temporária decretada e estão foragidos.

A Secretaria de Segurança (SS-P-SP) oferece uma recompensa

de R\$ 50 mil para quem ajudar a encontrar os assassinos do delator do PCC. As investigações correm em segredo de Justiça.

Gritzbach havia delatado ao Ministério Público de São Paulo (MP-SP) o envolvimento de agentes da Polícia Civil com o PCC. Era considerado um arquivo vivo das operações criminosas da facção e das relações corruptas com membros das forças de segurança paulistas.

### Justiça para as vítimas do vírus da zika

Eduarda Esposito/CB/D.A Press



A Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 6.064/23, que concede pensão vitalícia e indenização às famílias afetadas pela epidemia de zika, em 2015 — quando vários bebês nasceram com microcefalia, sobretudo no Nordeste, uma vez que as mães contraíram o vírus. O PL foi votado e seguiu para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Caso seja sancionado sem vetos, uma pensão vitalícia será concedida às pessoas com deficiência permanente associada à doença causada pelo Zika — que é transmitido pelo Aedes Aegypti, também vetor da dengue. Além da pensão, que será paga

com base no teto da Previdência Social, o governo federal indenizará em R\$ 50 mil, por dano moral, as famílias cujos filhos têm microcefalia em função da epidemia de nove anos atrás. Mas, antes da votação, o coletivo Unizika Brasil realizou uma manifestação na Câmara para pressionar o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), a fim de que nomeasse um relator para o PL — foi designado o deputado Lula da Fonte (PP-PE). De acordo com a instituição, quando a matéria começou a tramitar, eram 8 mil crianças e, agora, são 1.589. "As crianças morrem e não têm justiça", frisa nota do Unizika Brasil. (Eduarda Esposito)